

Conflitos em comunidades tradicionais: um estudo sobre o Faxinal do Salto – Paraná

Conflicts in traditional communities: a study about the Faxinal do Salto – Paraná

Sonia Vanessa Langaro

RESUMO: O presente trabalho de pesquisa busca apresentar uma discussão sobre conflitos existentes em relação aos povos tradicionais brasileiros, tendo como exemplo investigado as chamadas comunidades faxinalenses. O recorte espacial específico refere-se a uma comunidade denominada como Faxinal do Salto, localizada no município de Rebouças – Paraná. Os faxinais são comunidades de cunho coletivo presentes nos espaços rurais do Centro –Sul do Paraná e são reconhecidos na categoria de povos tradicionais. Nestas comunidades, a área de uso coletivo é denominada como criadouro comum, sendo um local onde a criação de animais e demais reproduções físicas, culturais e sociais se manifestam geralmente de forma coletiva. Para além dos limites do criadouro comum estão as terras utilizadas para o plantio de alimentos em maior quantidade e demais vegetações. De maneira geral, o que se observa através de estudos de diversos pesquisadores sobre o tema é a drástica diminuição desta forma de uso da terra a partir no final do século XX e início do século XXI, sendo ocasionada principalmente pelo intenso avanço das agriculturas mecanizadas que avançam nos territórios de uso coletivo e também individualização das propriedades. Neste sentido, este foi o cenário identificado na comunidade em questão a partir de observações e entrevistas realizadas com moradores. Desta forma sendo o Faxinal do Salto uma das poucas comunidades que resistem diante de muitas pressões, esta pesquisa apresentará quais são as dificuldades encontradas e quais apoios públicos fornecidos para que este processo de desestruturação seja ao menos freado.

PALAVRAS-CHAVES: Faxinais. Faxinal do Salto. Conflitos.

RESUMEN: El presente trabajo de investigación busca presentar una discusión sobre los conflictos que existen en relación a los pueblos tradicionales brasileños, teniendo como foco de investigación las llamadas comunidades Faxinalenses. El recorte espacial específico se refiere a una comunidad denominada como Faxinal Do Salto, localizada en el Municipio de Rebouças – Paraná. Los Faxinalenses son comunidades de organización colectiva presentes en espacios rurales del Centro-Sur de Paraná y son reconocidos en la categoría de pueblos tradicionales. En estas comunidades, el área de uso colectivo es denominada como criadero común, siendo un lugar en donde la el cuidado de los criaderos de animales y otras reproducciones físicas, culturales y sociales se manifiestan generalmente de forma colectiva. Más allá de los límites del criadero común, están las tierras utilizadas para la plantación de alimentos en mayor cantidad y además la vegetación. De manera general, lo que se observa a través de diversos estudios sobre el tema, es la dramática disminución de esta forma de uso de la tierra, especialmente a partir del siglo XX e inicios del siglo XXI, siendo ocasionada principalmente por el intenso aumento de las agriculturas mecanizadas que avanzan en los territorios de uso colectivo, como también la individualización de las propiedades. En este sentido, este fue el escenario identificado en la comunidad investigada a partir de las observaciones, entrevistas realizadas con los habitantes, como también lo recopilado en las lecturas y discusión de los textos abordados sobre el tema. De esta forma siendo el Faxinal do Salto una de las pocas comunidades que resisten frente a las múltiples opresiones, esta investigación presenta cuales son las dificultades encontradas y que apoyos públicos reforzaron a que este proceso de desestructuración sea por lo menos frenado.

PALABRAS CLAVES: Faxinales. Faxinal do Salto, Conflitos.

1. INTRODUÇÃO

O sistema faxinal possui em sua configuração a ênfase para organização coletiva e conservação ambiental. O mesmo pode ser caracterizado também como uma forma de organização tradicional e camponesa que se produz e se reproduz em áreas de uso coletivo (chamadas de criadouro comum), áreas de florestas nativas e também áreas de plantações. O criadouro comum é composto por uma área que abrange a propriedade de diferentes moradores, sendo que o uso para a criação de animais é coletiva, sendo o título das terras todas individuais. Porém, mesmo quem não possui terras no faxinal pode morar na comunidade, mas desde que participe da forma de viver em comunidade e colabore com as regras que cada faxinal propõe a partir dos chamados acordos comunitários, como é o caso do compromisso de cuidar das cercas que delimitam o criadouro comum e também colaborar com a manutenção do mesmo. No criadouro comum são criados animais de pequeno e grande porte que se alimentam dos frutos da floresta nativa geralmente presente neste mesmo espaço e usufruem dos demais recursos naturais existentes como é o caso das aguadas, sendo que ao anoitecer, esses animais retornam para suas casas para receber complementação alimentar de seus respectivos donos. Nas áreas de plantações, os moradores produzem alimentos para sua subsistência como milho, feijão, mandioca, além de demais hortaliças que podem tanto serem consumidos para o próprio sustento, como podem ter seus excedentes comercializados. Além destas caracterizações, Schörner e Campigoto (2011, p. 58) destacam que:

Chamamos de Sistema de Faxinal um modo de utilização das terras em comum, existente na região Sul do Brasil, para a criação de animais e que se tem classificado como manifestação cultural pertencente à categoria dos povos tradicionais brasileiros: forma própria de uso e posse da terra, o aproveitamento ecológico dos recursos naturais - pinhão, guabirobas, araçás, pitangas, jabuticabas -, o cultivo da vida comunitária e a preservação de memória comum. Os estudiosos do assunto apontam que o sistema faxinal constitui-se como um acontecimento singular por causa de sua forma organizacional. Distingui-se tal sistema dos outros pelo uso coletivo da terra para a criação de animais. O caráter coletivo se expressa na forma de criadouro comum.

Estas formas de organização peculiares estão em contraste com as propriedades rurais mecanizadas e voltadas à produção de monoculturas para exportação, apresentado-se como um sistema distinto da lógica capitalista, baseada em preservação ambiental e organização social coletiva.

Além de características físicas, os faxinais possuem diversas práticas culturais, sociais e religiosas que fazem parte do cotidiano dos faxinalenses, mas esta forma de organização está ameaçada, principalmente devido a modificações resultantes da inserção do capitalismo no campo. No entanto, nas décadas recentes é possível observar mudanças nestas essências motivadas por fatores externos e internos. Dentre estes fatores pode-se citar o avanço da agricultura comercial mecanizada que proporciona aumento da produtividade e facilita a vida cotidiana dos agricultores. Por outro lado, essa modernização agrícola produz impactos ambientais e altera o modo de vida tradicional dos faxinalenses.

Um dos principais problemas identificados nestas comunidades trata-se de que a paisagem natural dos faxinais do centro-sul do Paraná tem passado por mudanças devido ao desmatamento para aumento das áreas de culturas comerciais, assim como afirma Zubacz (2007) ao descrever que o sistema entrou em choque devido aos interesses da modernização agrícola que ocorreram a partir da década de 1970 no estado do Paraná. Neste contexto a autora cita que houve um grande interesse capitalista no plantio de soja que exigia uma demanda de grandes áreas desmatadas, além da ocorrência da introdução dos equipamentos e insumos químicos. Neste mesmo período, ainda houve a vinda dos gaúchos que apostaram no plantio da soja em grandes extensões de terras que possuíam um baixo valor, sendo todo este conjunto de fatores que acarretou um efeito negativo sobre o sistema faxinal.

A nova forma de organizar os cercados e de controlar a circulação dos animais provocou uma série de modificações na economia e na cultura dos faxinalenses, alterando vários aspectos da antiga forma de vida local. Tais modificações podem ser percebidas numa escala macro, em termos dos indicadores de produção agrícola da região, mas também, ao nível micro, através de depoimentos e também por meio de estudos da paisagem faxinalense.

Diante deste contexto analisado e interpretado sobre a situação geral dos faxinais paranaenses surgiu a necessidade de investigação do recorte espacial correspondente ao Faxinal do Salto, localizado no município de Rebouças estado do Paraná, para que então, a partir de pesquisas nesta comunidade fosse verificar quais são seus enfrentamentos cotidianos diante deste cenário mais amplo de intensos processos de desestruturação e desagregação dos faxinais. Neste caso, a partir das informações coletadas, foi buscado apresentar alguns aspectos que estão influenciando negativamente nesta comunidade, bem como suas relações com processos que ocorrem em escalas maiores de níveis regionais e nacionais.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Em relação aos métodos de investigação empregados neste trabalho destaca-se a pesquisa qualitativa. Segundo Chizzotti (1991, p.89):

Em geral, a finalidade de uma pesquisa qualitativa é intervir em uma situação insatisfatória, mudar condições percebidas como transformáveis, onde pesquisador e pesquisados assumem, voluntariamente, uma posição reativa. No desenvolvimento da pesquisa, os dados colhidos em diversas etapas são constantemente analisados e avaliados. Os aspectos particulares novos descobertos no processo de análise são

investigadas para orientar uma ação que modifique as condições e as circunstâncias indesejadas.

Neste sentido, o pesquisador participa, interpreta e compreende o assunto em questão, promovendo um levantamento de causas e apontamentos de soluções para as citadas condições insatisfatórias. Ainda, dentro da análise qualitativa foi realizada a observação direta e participante, visando coletar e registrar aspectos pertencentes ao espaço investigado, onde o pesquisador possui a oportunidade de contextualizar as ações dos atores. Este sistema de observação é aplicado no faxinal visitado, de forma a identificar os componentes de sua paisagem, território e práticas cotidianas realizadas neste meio.

Outro importante método aplicado nesta pesquisa é a história oral. As entrevistas foram gravadas e seguiram um roteiro previamente elaborado, onde as falas foram transcritas e analisadas, logo após, o material transcrito teve sua divulgação autorizada pelos depoentes através do termo de consentimento. O caráter auxiliar da fonte oral neste trabalho não se vincula à qualquer estabelecimento de hierarquia entre as fontes, pois o documento falado é tão importante e valioso quanto o escrito ou fotográfico. Segundo Ferreira e Amado (2008, p.14):

Na história oral, existe a geração de documentos (entrevistas) que possuem uma característica singular: são resultado do diálogo entre entrevistador e entrevistado, entre sujeito e objeto de estudo; isso leva o historiador a afastar-se de interpretações fundadas numa rígida separação entre sujeito/objeto de pesquisa, e a buscar caminhos alternativos de interpretação.

Desta forma, a história oral tem como objetivo também construir a memória, oferecendo sustentação aos objetos de estudo do passado. Ainda, Alberti (2004, p.14) enfatiza a História Oral como uma forma de operação para que seja possível compreender e conhecer o que já faz parte do passado. Assim sendo, uma entrevista de história oral pode oferecer vivacidade ao assunto pesquisado, incrementando-a com características pessoais, como: emoções, observações e reações.

Como materiais de apoio para a presente investigação, foram utilizados textos e artigos científicos, informações obtidas em *sites* governamentais como Instituto Ambiental do Paraná - IAP, por exemplo.

3. RESULTADOS ESPERADOS E HIPÓTESES

Durante esta pesquisa assim como muitas outras que abordam a respeito dos faxinais, será comum o uso de dois termos: “sistema faxinal” e “faxinal”, sendo necessário aqui realizar uma diferenciação entre estas duas denominações que correspondem a elementos distintos, assim como é descrito por Chang (1988, p.130):

Faxinal é a terminologia dada a um tipo de vegetação. Já o Sistema Faxinal é uma forma particular de organização econômica, onde há um aproveitamento econômico integrado desta mata às áreas circunvizinha. Entretanto, o costume regional estendeu o significado da palavra faxinal tanto para criadouro – o uso desta mata como para sistema faxinal – a forma de organização particular.

O sistema faxinal desta forma refere-se a uma forma de organização rural que apresenta alguns aspectos peculiares (criadouro comum, criação de animais, extração da erva mate, entre outros). Popularmente, a denominação do faxinal é utilizada para se referir à mata ou para designar o criadouro comum, geralmente esta diferenciação é imposta nas pesquisas científicas e não entre os faxinalenses. Outra autora a ser citada que escreve sobre o assunto é Nerone (2015, p.81)

Na concepção do modelo faxinal, a terra é dividida em duas partes, segundo a composição da paisagem: uma destinada à criação solta (terras de criar) e outra para a plantação (terras de lavoura) (...). Definem-se, assim, os pilares produtivos do sistema, separando-se essas áreas com uma cerca coletiva, construída pelos ancestrais dos grupos faxinalenses.

No entanto, estas formas de organização de cunho coletivo estão ameaçadas devido a fatores internos e externos, sendo um dos principais antagonistas ao sistema a introdução de uma nova forma de agricultura no campo baseada na mecanização agrícola que visa a produção de commodities. Esta nova forma de significar o trabalho com a terra a partir de princípios capitalistas vem modificando e “encurralando” as estruturas tradicionais que querem, precisam e lutam para a manutenção de suas práticas. Sobre este assunto, Sahr (2008) em suas pesquisas, procura descrever a respeito da diluição deste sistema em meio à inserção capitalista e também sobre a importância das políticas públicas para que melhorias sejam promovidas:

[...] as comunidades faxinalenses vêm-se constantemente em uma situação conflituosa. De um lado, buscam manter suas características tradicionais, num processo de integração sistêmica, e de outro lado, para continuar existindo vêm-se obrigadas a se abrir a dinâmicas “modernas”, num processo de integração social. (SAHR, 2008, p. 216)

Em meio a este contexto de conflitos diante da imposição de dinâmicas modernas, muitas são as questões a serem discutidas em busca dos elementos que permeiam as manifestações de poder no “mundo faxinalense”. O agronegócio passou a tomar conta do espaço rural a partir de uma idéia de progresso que promete melhoras nas condições de vida de todos os que o aderirem, mas seus pontos negativos nem sempre são do conhecimento da sociedade, sendo necessário considerar que:

Mesmo apresentando dados de aumento da produção agropecuária, de superávit da balança comercial ou de uma atividade de extrema importância à economia brasileira, o agronegócio deve ser pensado a partir dos elementos que geram os prejuízos sociais e ambientais que gera. Não adianta ter crescimento na produção e na produtividade se existem milhares de pessoas passando fome ou se alimentando mal por conta dos altos preços dos alimentos, se a biodiversidade dos biomas está virando cinza; se os recursos hídricos estão se esgotando; se milhares de trabalhadores estão morrendo por conta das condições de trabalho; além do êxodo rural e de tantos outros problemas advindos desse modelo dito modernizador, desenvolvimentista e produtivista. Esse modelo, nada mais é que a reprodução das tramas do capital (concentrador, explorador, predador e excludente). (MATOS e PESSOA, 2011, p. 318)

Fleischfresser (1988) destaca a grande pressão psicológica exercida sobre os produtores rurais através da indução de consumos cada vez mais exagerados de inovações (sementes, fertilizantes, equipamentos, maquinários) que tiveram um grande investimento em propaganda para disseminação da relação entre o uso destas inovações e o sucesso das colheitas.

Desta forma, este modelo de agronegócio que visa o progresso rural, tende também à excluir diversos indivíduos do campo devido à falta de acesso aos recursos necessários para aderir este modelo nada barato para o bolso, principalmente, de pequenos proprietários. Nesta discussão é enfatizado que:

Na verdade, o agronegócio é uma versão contemporânea do capitalismo no campo, correspondendo a um modelo no qual a produção é organizada a partir de aparatos técnico-científicos, grandes extensões de terras, pouca mão-obra, predomínio da monocultura, dependência do mercado no quanto e como produzir, enfim, a empresas rurais. Para o Estado esse é o modelo que fez prosperar e desenvolver o campo brasileiro, porque contribuiu com o PIB (Produto Interno Bruto), responsável pelo crescimento da economia, empregos e produção de alimentos. (MATOS e PESSOA, 2011, p. 293)

Para Hauresko (2012) a adoção deste modelo de modernização no cenário rural brasileiro foi incentivado inicialmente pelo Estado a partir de políticas econômicas que viabilizavam a obtenção de créditos agrícolas sendo algo que facilitava a aquisição de insumos e demais tecnologias voltadas ao meio rural. Estas medidas estatais foram influenciadas ideológica e economicamente pela chamada Revolução Verde ³⁹ criando uma expectativa de superação do subdesenvolvimento

³⁹ A Revolução Verde trata de um movimento emergente na primeira metade do século XX, qual baseia-se na mecanização da agricultura e intensa utilização de sementes transgênicas e insumos para produções agrícolas em larga escala visando principalmente o capitalismo exportador. Seus efeitos começaram a influenciar no Brasil a partir da segunda metade do século XX.

através das transformações do setor agropecuário com novas técnicas e sementes geneticamente modificadas. Neste cenário destaca-se que:

(...) a modernização deste setor não se manifestou de forma homogênea ao nível regional, ao nível de diferentes culturas e nem ao nível de diferentes tamanhos de propriedade; foi um processo deveras seletivo, e acentuou ainda mais o processo de diferenciação social entre os produtores. O padrão tecnológico foi definido pelo uso de tratores maiores e mais potentes e pelo uso indiscriminado de fertilizantes e defensivos agrícolas e animais. (HAURESKO, 2012, p. 142-142)

Neste sentido, a autora citada destaca que estas transformações no campo paranaense passaram a promover uma nova dinâmica, onde a agricultura passou a depender menos do meio natural. Neste âmbito, as relações sociais também foram alteradas devido à modernização da agricultura, pois novas formas de divisão de trabalho foram estabelecidas, além das formas de organização da vida econômica e social. A partir da década de 1970, a agricultura com a adição de produtos químicos aparece na maioria das propriedades paranaenses, assim como também as sementes híbridas, agrotóxicos e pulverizadores.

Assim sendo, pensando no âmbito dos faxinais neste contexto, foi necessário que uma nova organização do espaço fosse estabelecida, pois o “novo sistema” impunha um ritmo totalmente diferente de trabalho agrícola envolvendo preços, produtividade, competitividade, mercado e novos espaços de trabalho.

Neste cenário o Estado tentou influenciar ativamente para que o processo da modernização da agricultura chegasse aos “quatro cantos” do Brasil, onde como parte integrante das políticas econômicas estabelecidas fora criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER⁴⁰ e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA⁴¹. Com a criação da EMBRATER, os governos visavam transformar os espaços tradicionais através da introdução de novas tecnologias e idéias que deveriam formar um novo sistema social. Mas este trabalho não obteve sucesso devido às práticas difundidas não possuírem afinidades com as lógicas das culturas tradicionais, pois ao serem elaboradas não levaram em consideração os conhecimentos locais e suas formas de reprodução peculiares alicerçadas na tradição. (HAURESKO, 2012)

No caso dos faxinais, suas técnicas de plantio e de organização social e econômica são organizadas a partir de experiências históricas com mais de um século de existência, sendo algo que reflete a resistência dos faxinalenses em não aceitarem uma imposição elaborada fora do âmbito tradicional, que desconsidera totalmente estas formas de organizações particulares.

Hauresko (2012) aponta que a desagregação dos faxinais no Estado do Paraná possui influência direta com a introdução da modernização agrícola no meio rural, sendo algo que causou uma rápida mudança na racionalidade das práticas de vários faxinalenses, principalmente os que possuem grandes porções de terras, fazendo-os cederem aos modelos mecanizáveis, pois o rendimento com o plantio a soja, por exemplo, é muito maior do que manter uma área de criadouro comunitário ou com florestas nativas. Desta forma, passaram à ocorrer a extinção de diversos faxinais no Paraná. As áreas de criadouro comum foram rapidamente perdendo seus espaços para o plantio e soja, milho, feijão e fumo visando a venda e lucro, sendo algo que levou diversas famílias faxinalenses à individualização e cercamento de suas terras restringindo o uso somente para sua respectiva família. Nota-se que há certa insistência por parte do Estado em querer enquadrar todos os modos de produções rurais existentes ao novo modelo considerado desenvolvido. Nesta discussão, destaca-se os escritos de Almeida (1997, p. 40):

Os planos de desenvolvimento oficiais inspirados nesta visão desenvolvimentista passam a definir as competências dos agricultores e as características do sistema técnico que eles devem colocar em operação. Os órgãos públicos de difusão de tecnologias têm a tarefa de “enquadrar” os agricultores no “modelo” de desenvolvimento idealizado, segundo os cânones da modernização. Trata-se da ampliação de clientela do desenvolvimento, aportando novos conhecimentos àqueles que estão em atraso na rota do progresso, ou seja, os “retardatários da modernização”. Nesta visão, o desenvolvimento é um processo considerado único, que leva do atrasado ao moderno,

⁴⁰ Instituída pelo Governo Federal: Lei nº 6126 de 06 de novembro de 1974.

⁴¹ Instituída pela Lei nº 5851 de 07 de dezembro de 1972.

tendo portanto uma concepção linear. Este novo “modelo” moderno, “desenvolvimentista”, encampado pelos agricultores empresariais modernos, é o único possível e desejável.

Para Almeida (1997) nesta perspectiva assume-se um sentido prático do que chamamos de “progresso” baseado em algo que irá sempre melhorar, sendo que é este o sentido predominante no âmbito técnico científico, como por exemplo: novas tecnologias como a eletricidade e medicamentos trazem melhoramentos incontestáveis para a sociedade, onde a partir desta idéia cria-se a noção de que o progresso sempre irá melhorar alguma coisa que está ruim.

No setor agrícola, o sistema econômico predomina cada vez mais, pois as propostas governamentais geralmente possuem o intuito de transformar a agricultura, considerando muitos modos tradicionais de produção como atrasados e arcaicos. Neste contexto, para os faxinalenses a situação torna-se muito delicada, pois não há o devido reconhecimento com suas tradições e formas de relações com a terra. Desta forma, Almeida (1997) realiza alguns importantes apontamentos que nos levam à refletir em até que ponto os agricultores brasileiros usufruíram deste progresso agrícola destacando que:

Pode-se, por exemplo, afirmar que os agricultores se beneficiaram do progresso no caso específico da agricultura do Sul do Brasil nos últimos 30 anos? A resposta é sim e não, pois as evoluções sociais se produzem sempre por diferenciações com, ao mesmo tempo, “ganhadores” e “perdedores”. E além disso, a evolução dos modos de vida compreende numerosas dimensões que não têm nenhuma razão para evoluírem positivamente e ao mesmo tempo. Pode-se enriquecer às custas de um trabalho longo e mais penoso, que polui, degrada e encurta a expectativa de vida. Mas pode-se ganhar menos, vivendo-se melhor, com menos degradação ambiental e melhor qualidade de vida. Onde está o progresso? (ALMEIDA, 1997, p. 38)

Sendo assim o Estado apropria-se de um sentido de progresso para disseminar suas políticas de progresso agrícola com a promessa de melhoramentos da vida rural, mas não leva em consideração os pequenos proprietários e ocupantes de terras tradicionais que dependem de tal modo de vida singular para sobreviverem. Este “progresso” possui um alto custo: máquinas, insumos, sementes e terra, onde o pequeno agricultor dificilmente poderá aderir este sistema pelo seu baixo poder aquisitivo, levando-o a vender o pouco que possui e ir embora para o meio urbano ou tornar-se empregado dos grandes latifundiários, isso quando não acaba com dívidas na tentativa de aderir ao novo sistema. No caso dos povos faxinalenses, este progresso afeta diretamente na área de criadouro comum e sua forma de se relacionar com a natureza que passam a serem “encurralados” por monoculturas e pelos cercamentos oriundos do sentimento de individualização das propriedades. Neste contexto, Almeida (1997, p. 37-38) novamente realiza alguns questionamentos a respeito deste modelo de progresso e desenvolvimento proposto atualmente que afronta os modos de vida preservacionistas:

A idéia de desenvolvimento induz ao conhecimento de vias sinuosas e múltiplas da modernidade. Não existiriam outras maneiras de defender a razão sem se opor à tradição? Não seria também com o passado que se construiria o futuro, antes mesmo de se fazer tábula rasa das aquisições devidas às culturas e tradições? E em relação ao meio ambiente e recursos naturais não renováveis, não se poderia assumir uma outra postura, mais conservacionista-preservacionista, induzindo a um desenvolvimento e à exploração de uma agricultura mais sustentáveis?

Sonda e Bergold (2013, p. 15) chamam a atenção para a pluralidade de povos do campo e florestas existentes no Paraná, que através de diversos mecanismos de resistência tendem a defender seus territórios diante da apropriação individual da terra e da forte colonização afirmando que:

O que se quer discutir é que apesar da fase atual em que praticamente se consolidou o modo de produção capitalista no campo, cuja expressão atual é o agronegócio (da soja, cana-de-açúcar, pecuária, reflorestamentos) financiado e apadrinhado pelo Estado, ainda existem e resistem outros modos de vida no campo e nas poucas florestas remanescentes do Paraná, que deveriam ser reconhecidos, pautados e fortalecidos por normas jurídicas e políticas públicas “de verdade e no tempo certo”.

Estes autores apontam os processos de colonização ocorridos no estado do Paraná como uma verdadeira reocupação do território, resultando em inúmeros conflitos com os povos tradicionais a partir da introdução do agronegócio causador de sérios impactos ambientais. O agronegócio que tanto prejudica os povos tradicionais, tanto no Paraná como em todo o Brasil, geralmente é expressado através de monoculturas e ampliação de áreas com o plantio florestal de pinus e eucalipto, sendo algo formador de uma espécie de “deserto verde”, além do desenfreado uso de sementes transgênicas e intenso uso de fertilizantes e agrotóxicos.

Diante deste panorama, diversas são as manifestações de resistência que surgem a partir dos povos que habitam estas áreas atingidas. Estes indivíduos lutam pela defesa do que restou de seus territórios e resistiram e resistem diante de distintas adversidades ao longo do tempo. Tratam-se de sujeitos históricos que ocupam os espaços que o agronegócio quer “abocanhar”, são pessoas que teceram histórias e racionalidades nos ambientes em que vivem, estabelecendo um estreito elo entre seu modo de vida e a terra que dá sentido às suas tradições.

Atualmente, há uma falsa idéia de que os povos tradicionais estão totalmente protegidos por leis eficientes e ninguém contesta seus direitos, mas infelizmente, este cenário que deveria ser verdadeiro, está configurado a partir de várias situações de conflito que permeiam o cotidiano dos povos tradicionais brasileiros. Neste contexto são várias as denúncias de exploração abusiva de recursos naturais e apropriação de territórios tradicionais. Sonda e Bergold (2013, p.18) chamam a atenção para este fato descrevendo que:

O processo de modernização da agricultura, particularmente no Paraná, está praticamente consolidado, coma burguesia moderna agrária esparrama e, ainda, esparramando-se nos territórios remanescentes da agricultura camponesa povos indígenas, quilombolas e faxinalenses. Ou seja, ainda há luta e disputa por terra e território neste estado.

É necessário no contexto atual que seja desconstruído o discurso predominante a respeito da existência de um modelo hegemônico de agricultura baseada no agronegócio, bem como a realização de maiores discussões a respeito de outros modelos plurais e resistentes que configuram o espaço paranaense, assim como: faxinalenses, indígenas, quilombolas, além de trabalhadores rurais sem terra e demais povos dependentes da agricultura camponesa.

É extremamente necessário que a sociedade em geral tenha conhecimento, principalmente no que condiz às políticas públicas, acerca das formas tradicionais de organização existentes no Paraná, para que elas sejam reconhecidas e tenham seus limites e suas tradições respeitadas. Caso contrário, o discurso imposto pelo agronegócio trará ainda mais prejuízos para os faxinais e demais populações tradicionais com suas promessas de “progresso”.

Para Souza (2009) é muito presente a associação de faxinais com a idéia de algo retrógrado, de algo que não existe mais em nosso país. Desta forma, destaca-se a importância do 1º Encontro de Faxinais realizado em agosto de 2005, qual possibilitou a manifestação dos faxinalenses em relação a uma construção de uma identidade coletiva, sendo que os mesmos estão incorporando cada vez mais as reivindicações em busca de seus direitos territoriais, possibilitando inclusive a formação de um movimento social próprio denominado como Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses - APF em parceria com a Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná⁴².

Neste sentido Shiraishi (2009, p. 20) destaca que:

O I e o II Encontros dos “Povos dos Faxinais” serviu como momento de reflexão a respeito da dinâmica desses grupos e de sua capacidade de mobilização e organizativa frente às mudanças no cenário agrícola do Estado do Paraná, bem como para relativizar as interpretações prevalentes dos aspectos econômicos que procuram determinar o fim dessa atividade extrativa. Contudo, é importante salientar a contribuição desses

⁴² “Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais, fruto do 1º Encontro Regional dos Povos e Comunidades Tradicionais, ocorrido no final do mês de Maio de 2008, em Guarapuava, interior do Paraná. Neste espaço de articulação, distintos grupos étnicos, a saber: **xetá, guaranis, kaingangas, faxinalenses, quilombolas, benzedores e benzedoras, pescadores artesanais, caiçaras, cipozeiras, religiosos de matriz africana e ilhéus**; tais segmentos se articulam na esfera regional fornecendo condições políticas capazes de mudar as posições socialmente construídas neste campo de poder. Ademais, a conjuntura política nacional corrobora com essas mobilizações étnicas, abrindo possibilidades de vazão para as lutas sociais contingenciadas há pelo menos 3 séculos, somente no Sul do País.” Disponível em < <http://redepuxirao.blogspot.com.br/> > Acesso em 15 de outubro de 2017.

esquemas interpretativos que se encontram referidos a um período bastante preciso. Entre os seus méritos, foi de apresentar a situação vivenciada por esses grupos sociais no meio rural paranaense.

O apoio das políticas públicas em conjunto com os movimentos organizados pelos próprios faxinalenses é essencial na luta em busca da continuidade e valorização cultural destes sujeitos históricos, sendo importante ressaltar o que Souza (2009, p.32-33) descreve:

O movimento faxinalense pretende nessa ação expositiva, apresentar uma nova “fisionomia étnica” do Estado do Paraná, questionando assim, as tendências evolucionistas que afirmam o seu desaparecimento, observando as distintas territorialidades escusas por situações de conflitos e tensões a que estão submetidos historicamente no Sul do País, abrindo, com isso, caminhos para o reconhecimento jurídico-formal e para efetivação de políticas que garantam o acesso aos recursos básicos, como condição para sua reprodução física e social, e o reconhecimento de seu direito fundamental a diferença.

Souza (2009) aponta que os povos faxinalenses passaram a reivindicar seu reconhecimento, aumentado a disseminação de informações a respeito da situação dos faxinais significativamente, mas a grande deficiência que permeia este cenário é a falta de exatidão quanto ao número de faxinais existentes no sul do Brasil. Este questionamento, sempre tende a configurar-se a partir de um viés evolucionista e baseado na seguinte pergunta: “ainda existem faxinais?”, notando-se assim uma forte tendência da sociedade em geral em interpretar os faxinais como apenas um resquício do passado, e não como uma realidade vivida por diversos indivíduos no século XXI.

Os faxinalenses, que até o momento anterior à fundação da Articulação Puxirão – AP, em 2005, não existiam coletivamente como categoria social reconhecida pelo Estado, e sim, como espaço físico em avançado estágio de “desagregação”, segundo as interpretações evolucionistas, expõe-se neste mapeamento social, pela via teórica da identidade coletiva. Esta inversão conceitual e teórica possibilita os agentes sociais, se auto definirem como “faxinalenses”, focalizando os fenômenos recentes onde o seu modo de vida tradicional e, sobretudo, a defesa de sua territorialidade específica é atrelado a fatos do presente e as atuais reivindicações conduzidas pelos novos sujeitos da ação articulados pelo movimento faxinalense que emergem deste campo de lutas. (SOUZA, 2009, p.52)

A partir deste contexto e das novas formas organizativas instauradas a partir do 1º Encontro dos Faxinalenses, em agosto de 2007 fora realizado o 2º Encontro dos Faxinalenses no Paraná, onde estes povos solicitaram um levantamento de cunho exploratório para que fossem identificados quantos faxinais existem no estado e quais suas exatas localizações geográficas, pois até o momento existiam muitas divergências quanto ao número de faxinais e os critérios utilizados para sua classificação, sendo algo que acarretava certo olhar pejorativo da sociedade culminado pela falta de informações a respeito da real existência destas formas de organização. Desta forma, foi realizado o “Mapeamento Social dos Faxinais no Paraná” baseado em uma interação entre a produção científica produzida até o momento do levantamento preliminar. Para a realização deste trabalho Souza (2009, p. 31) descreve que:

Para a consecução deste mapeamento a APF vem estabelecendo um contato permanente com pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social desde 2005, demandando oficinas de mapa e logrando um resultado significativo com a elaboração do fascículo n.01 da coleção Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil intitulado “Povos dos Faxinais”. Este contato implicou em pelo menos duas oficinas de mapas, com participação de 80 faxinalenses, realizadas em Irati-PR em 2006, nas seguintes datas, 27 e 28 de abril e, 25 e 26 de agosto. Implicou também na capacitação simultânea de pesquisadores que trabalham diretamente junto aos faxinalenses e dos próprios faxinalenses que iniciaram, eles mesmos, a manusearem GPS e registrarem as coordenadas dos elementos considerados por eles relevantes para integrar os mapas.

Através desta coleta de dados, foi possível realizar um levantamento de caráter preliminar e exploratório, mas Souza (2009) destaca que deve-se evitar conclusões definitivas a partir deste estudo. Porém, todas as informações são fidedignas permitindo a construção de um mapa

situacional sobre os faxinais do Paraná, inclusive os cenários de conflito em determinados momentos. Os dados coletados nos permitem ter uma idéia de quais seriam as terras tradicionalmente ocupadas por faxinalenses e a exposição de diversas situações de conflito enfrentados por estes sujeitos sociais diante de seus antagonistas. Este trabalho de promover a visibilidade social dos faxinais e de seus agentes sociais a partir deste mapeamento exige uma tarefa de duplo sentido onde Souza (2009, p.31) descreve:

(...) por um lado, pretendemos esboçar as lacunas censitárias sobre os faxinais, buscando apontar a precariedade dos dados disponíveis; e, por outro, enfatizar a identidade e os conflitos socioambientais, em consonância com a existência de territorialidades específicas, que se traduzem em uma nova classificação de posições, manifestadas na permanência e luta em torno do uso comum dos recursos básicos, onde o “tradicional” é o motivo das demandas e disputas contra antagonistas localizados, descritos como “chacreiros”, “sojicultores”, “granjeiros”, “empresas madeireiras” e “empresas de fumo”, além do poder público através de ações que violam formas tradicionais de uso comum.

Ao observarmos diversas comunidades rurais paranaenses podemos perceber que muitos são os espaços que apresentam características do sistema faxinal, por mais que estes não tenham função atualmente, mas os vestígios deixados pelo passado vão denunciando a existência de faxinais através de mata burros, cercas, portões e demais equipamentos pertencentes à esta tradição. Souza (2009) pode perceber estes elementos em suas pesquisas de campo, onde afirma que a paisagem faxinalense ao poucos revela-se através da distinção que promove se comparada ao monocultivos, mesmo quando um faxinal está desagregado enquanto sistema, sua paisagem ainda permanece marcando um território tradicional pertencente ao passado.

Os principais fatores que influenciaram nesta mudança de paisagem foram as reduções das áreas de uso comum, ao mesmo tempo em que foram introduzidas nestas comunidades monoculturas que exigem grandes porções de terra assim como também houve a introdução de sistemas produtivos onde aplicam-se mão de obra intensiva, como é o caso da fumiicultura, exigindo pouca disponibilidade de terra para o seu cultivo. Estas novas formas de produção atingem diretamente as formas de uso comum, apresentando-se de maneira totalmente antagonista ao sistema “corroendo-o silenciosamente”. Neste sentido destaca-se que:

(...) o uso comum é drasticamente reduzido ou impedido pelo uso privado, nesses casos, os agentes sociais que dispõem de terra reorganizam suas práticas tradicionais nas condições em que são possíveis reproduzi-las. Seleccionam e reduzem as criações pela estrita necessidade de uso para o trabalho e consumo, extinguem as criações baixas (porcos e cabritos) ou edificam “mangueirões” ou “potreiros” em pequenas áreas onde o grupo familiar ampliado estabelece consenso para criar em conjunto, mesmo que em terreno privado, em oposição as práticas de confinamento, como os “chiqueirões fechados” ou granjas, em que as raças crioulas são banidas, e os processos produtivos controlados externamente. (SOUZA, 2009, p.41-42)

Segundo Marques (2004) a partir de um levantamento realizado pelo IAP na década de 1990, foi constatado que no Paraná existiam cerca de 150 faxinais, mas que na atualidade existem apenas 44 com criadouro comunitário.

Estabelecendo uma nova forma de pensarmos em relação aos faxinais, Souza (2009) elaborou através do “Mapeamento Social dos faxinais no Paraná” quatro categorias situacionais ou também chamadas de posições elaboradas de acordo com as condições sociais representadas por seus agentes. Neste contexto são consideradas áreas onde o uso comum foi obstruído, mas diante de uma afirmação de identidade ocorrem diversas manifestações de forças e resistências provocada por situações conflituosas envolvendo antagonistas. Esta afirmação identitária e de resistência revelam um sentimento de pertencimento ao grupo social, neste caso: os faxinalenses, sendo estabelecida uma luta em prol da forma de apropriação de recursos naturais específicas consideradas essenciais. Neste sentido, estas posições foram elaboradas para que a sociedade tenha conhecimento de que grande parte dos faxinais não faz menção somente ao passado, mas que configuram a realidade atual e são erroneamente chamados apenas de “comunidades rurais de pequenos agricultores”, sendo algo que tende à camuflar ou esconder as características da

territorialização em relação aos faxinais no Paraná. Sendo assim, Souza (2009, p. 49-51) estabeleceu a seguinte classificação:

1) *Faxinais com uso comum* – “criador comum aberto”: (...) Sua territorialidade específica contempla grandes extensões territoriais (acima de 1000 há) livremente acessados por “criações altas e baixas” para uso comum das pastagens naturais e recursos hídricos que ocorre em áreas de apossamento com situação dominial litigiosa entre “faxinalenses” e empresas madeireiras em conflitos que se arrastam desde 1950. Nestas áreas há predominância de florestas nativas por onde circulam as criações, somente sendo “impedidas” pelo avanço de monocultivos de eucaliptos e pinus. Estes são indicados como os principais causadores de danos aos animais, desmatamento florestal para produção de carvão e serrarias, assim como para plantio dos monocultivos florestais.

2) *Faxinais com uso comum* – “criador comum cercado”: Se caracterizam pela presença do uso comum dos recursos essenciais em “criadores comuns” de extensões variáveis onde circulam livremente “criações baixas” (cabritos, ovelhas, porcos e galinhas) e “altas” (gado bovino e cavalos) sendo delimitadas fisicamente por cercas de uso comum, “mata-burros”, portões, valos e rios.(...) Há na maioria dos casos um tenso cenário de disputas pela manutenção das dimensões da área de uso comum intensificadas pela pressão provocada pelas monoculturas, empreendimentos imobiliários, obras governamentais de infraestrutura (estradas municipais, estaduais, federais, linhas de transmissão, entre outros).

3) *Faxinais com uso comum* – “criador com criação grossa ou alta”: Se caracterizam pelo “fechamento”, com cercas de 4 fios de arame nas divisas de algumas ou todas as propriedades, antes destinadas para o uso do “criador comum”, ficam disponíveis apenas algumas áreas privadas, além das áreas públicas (beiras de estradas, campos de futebol, pátio de igrejas (...)). Há, neste caso, uma forte limitação ao “livre” acesso aos recursos essenciais. Predominam no uso comum somente as criações ditas “grossas” ou “altas” (cavalos, vacas), que circulam nas áreas comuns disponíveis por diferentes períodos de tempo ao longo do ano dependendo das condições das pastagens nativas. As “criações baixas”, isto é, porcos e cabritos são mantidos em “mangueirões familiares” isoladas das áreas de uso comum ou são confinados em chiqueiros. Observa-se, nestas áreas a forte presença de sistemas de integração agroindustrial, como fumiicultura, granjas de suínos e aves, além de “chacreiros”. Todos estes são indicados como responsáveis pelo “fechamento” do “livre” acesso aos recursos essenciais. Apesar da eliminação das “criações baixas”, os bens considerados de uso comum não são retirados ou destruídos, permanecendo “mata-burros” e/ou portões e cercas para delimitar fisicamente áreas com distintas finalidades.

4) *Faxinais sem uso comum* – “mangueirões” e “potreiros”: Representam situações em que o uso comum da criação animal (“baixa” ou “alta”) ocorre somente pelo grupo familiar ou ao grupo doméstico. Portanto, quando ocorre, o uso comum dos recursos naturais está restrito dentro dos limites da propriedade privada. Os informantes relatam que o “livre” acesso aos recursos foi obstruído pela privatização para os mesmos em meio a conflitos e tensões, provocados por “gente de fora”. Assemelham-se aos denominados “piquetes” em alguns casos, com a substancial diferença das criações manterem-se soltas grande parte do tempo em parte da extensão da propriedade do grupo familiar ou doméstico, denominado de “mangueirão” quando se refere a parte das propriedades cercadas para uso das “criações baixas” ou “potreiro”, quando são utilizadas somente para criação alta. Em alguns casos observamos a permanência de “mata-burros”, cercas para “criações baixas” e portões, todavia sem função aparente, apenas simbolizam a recente ausência da posição de “criador comum”.

A partir desta descrição de categorias, o que Souza (2009) procura apresentar refere-se à amplitude que abarca a noção sobre os faxinais se comparadas às classificações usuais que deixam de lado mais de duas centenas de grupos que se identificam pertencentes a esta modalidade de apropriação dos recursos naturais. Desta forma, estes grupos passam a ser visíveis na sociedade e não mais homogeneizados por categorias que não condizem com seus contextos históricos e atuais. Este “anonimato” muitas vezes levou estes grupos a cederem diante de seus antagonistas, quais ficaram impedidos de mobilizarem-se em defesa de suas práticas para resultados mais amplos, mas ao mesmo tempo há gestos de resistência, mesmo que de forma localizada, que visam a reprodução das formas tradicionais de relações com a terra e com a natureza que lhes são disponíveis.

4. ANÁLISE DA ESPACIALIDADE

Segundo Souza (2009) e as classificações por ele observadas, no município de Rebouças, recorte desta pesquisa, foram identificados 15 faxinais, dentre os quais 5 estão na “posição 2”, 1 está na “posição 3” e 9 faxinais estão na “posição 4”.

Segundo Meira, Vandresen e Souza (2009) a partir da realização de um mapeamento situacional dos faxinais no Paraná é possível aqui ponderar algumas características sobre a comunidade investigada nesta pesquisa. O Faxinal do Salto encontra-se na chamada “posição 2”, (*Faxinais com uso comum – “criador comum cercado”*) sendo constituído por 84 famílias. Em relação aos conflitos mais ameaçadores identificados estão os produtores de soja, sendo constatado também três formas de violências sofridas diante do desejo de continuação do sistema faxinal, sendo estes: ameaça contra lideranças, violação dos acessos ao criadouro comum com ocorrência de destruição e danos, matança e roubo de criação animal. Quanto aos conflitos estabelecidos por antagonistas em relação ao uso e acesso aos recursos naturais, foram registradas a ocorrência de fechos, desmatamento florestal e contaminação e destruição de nascentes.

Outro importante dado a ser ressaltado segundo as tabelas de avaliação dos faxinais ⁴³ organizadas pelo IAP, é que a área registrada do Faxinal do Salto em relação ao criadouro comum é de 152, 45 ⁴⁴ ha⁴⁵ em 1997, ano em que sua área foi regulamentada pelo ARESUR ⁴⁶, sendo que segundo o mesmo órgão atualmente esta área é de 92,00⁴⁷ ha. A partir destes dados, nota-se uma grande diminuição na área de uso comum deste faxinal, mesmo com a existência de leis que visam a preservação destas áreas, sendo que algo que indica a necessidade de discussão sobre o tema e maior fiscalização para que o que ainda resta destes espaços sejam preservados.

A partir das observações e entrevistas realizadas na comunidade pesquisada, foi possível identificar elementos que ocasionaram transformações de âmbito físico, cultural e social e que estão relacionadas com a inserção de idéias de “progresso” no meio rural, onde a mecanização agrícola contribuiu para que os indivíduos tanto de fora quanto da própria comunidade buscassem cada vez mais aumentar suas áreas de cultivos voltadas ao agronegócio. A partir da análise e interpretação de depoimentos de uma faxinalense, é destacado como era realizado o trabalho antes da inserção de novas tecnologias na segunda metade do século XX, sendo que a agricultura era desempenhada manualmente, onde toda a família se deslocava para as terras de plantar para ajudar em todo o processo: desde o preparo da terra até o estágio da colheita. Os produtos eram cultivados para a subsistência da família, e caso houvesse algum excedente, o mesmo era trocado ou vendido para vizinhos da região. Sobre estas práticas, a entrevistada Senhora Benedita Veranoski faz a seguinte fala:

Plantavam só pra comer, mais milho, feijão e arroz e de um tempo em diante que plantaram trigo, quando era “nóis” que trabalhava, o pai fazia “nóis” ir na roça desde cedo era só milho e feijão, é que essa plantação forte aqui não tinha, é de um tempo pra cá que veio, porque aqui era muito pobre, sempre foi um lugar muito pobre demais, a gente tem que não esconder porque era mesmo, não tinha ajuda era tudo esquecido....o fumo era bem antes da soja que começaram plantar, só que era mais pra lá e soja faz pouco tempo. (Benedita Veranoski, entrevista concedida à Sonia Vanessa Langaro em 20/10/2016)

Com o passar do tempo, novos cultivos passaram a fazer parte do cotidiano do faxinal como o plantio de soja, tabaco, eucalipto e pinus voltados ao grande comércio, e não mais para a alimentação dos moradores. Alguns dos pequenos proprietários conseguiram resistir sem precisar

⁴³ Disponível em: < <http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/ICMS/extrato%20financeiro/memorialcalculoextratoicmsbio1998.pdf> > Acesso em 25/10/2017

⁴⁴ Este dado consta da Resolução n° 67/97 da Secretaria do Estado e Meio Ambiente do Estado do Paraná disponível em: < http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/Legislacao_ambiental/Legislacao_estadual/RESOLUCOES/RESOLUCAO_SEMA_FAXINAL_SALTO.pdf > Acesso em: 25/10/2017.

⁴⁵ Medida agrária onde um hectare (ha) corresponde a dez mil metros quadrados.

⁴⁶ Áreas de Uso Regulamentado. Disponível em: < <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=54005&indice=1&totalRegistros=1> > Acesso em 02/10/2017.

⁴⁷ Disponível em: < http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/ICMS_E/icms_e_jun_2016_ucs.pdf > Acesso em 25/10/2017.

vender suas terras, porém, passaram a cultivar tabaco e eucalipto que foi apresentado como algo que gera renda em pequenas extensões de terra. Desta forma, aqueles que possuíam poucas condições financeiras e não conseguiram acompanhar a novas tecnologias, acabaram vendendo suas propriedades para latifundiários que vieram a privatizar estas áreas e conseqüentemente, ocasionando a diminuição dos espaços coletivos. Mesmo diante de leis que proíbem tal prática de privatização de área de uso comum diversas foram as ocorrências de cercamentos e pressões que visam a desagregação do Faxinal do Salto.

Este é um grave problema que está se tornando cada vez mais comum em comunidades tradicionais, em especial nos faxinais, sendo os cercamentos, também chamados de fechos, que neste caso acabou individualizando/privatizando recursos naturais (aguada) em área de criadouro comum. Sabe-se que as áreas de criadouro comum estão cadastradas como ARESUR (Áreas Especiais de Uso Regulamentado) que visam a preservação ambiental, onde as mesmas estão protegidas por lei sendo proibido o cercamento ou degradação destas áreas, pois o animais precisam circular livremente por este espaço em busca de alimento e água. Porém, alguns moradores do Faxinal do Salto acabaram cercando parte do criadouro, com cercas de tela fechada, algo que impede a passagem de animais pequenos e grandes interferindo na sua circulação e acesso aos recursos naturais. Segundo relatos dos moradores, os cercamentos foram feitos com a justificativa de que irão utilizar o espaço para plantações de pequena escala.

As cercas construídas por ancestrais dos faxinalenses é algo que vem mudando com o passar dos anos, onde estas cercas consideradas “antigas” estão sendo substituídas por cercas novas, onde muitas estão impondo limites em áreas faxinalenses, impedindo a circulação de animais e de pessoas em áreas que deveriam ser de uso coletivo. Neste sentido é importante lembrar que a cerca no faxinal, considerando desde sua gênese, não possui o intuito de “cercar”, mas sim de delimitar, pois não assume um sentido de cercar uma propriedade privada, mas de delimitar uma área de uso coletivo.

Nota-se que as cercas exercem um importante papel tanto no âmbito físico como simbólico, pois sem elas não há como demarcar o criadouro comum, e sem o criadouro comum o faxinal não pode existir. Nas últimas décadas, observa-se uma intensa mudança neste cenário, onde os limites das cercas não estão sendo respeitados, tanto pelos latifundiários como pelos próprios integrantes das comunidades que acabam cedendo à individualização de suas propriedades, colocando em cheque o criadouro comum que revela-se como um importante e indispensável elemento da organização coletiva.

Neste contexto, Schörner (2014) chama a atenção para esta modificação do sistema faxinal, atentando para desagregações que os faxinais do Paraná vêm sofrendo nos últimos anos, onde muitos chegam à desaparecer ou acabam com seus territórios modificados através das relações de poder que acabam influenciando estes espaços em suas múltiplas escalas. Neste sentido, quando as cercas são alvos de modificações, significa que transformações no sistema faxinal como um todo estão ocorrendo, pois trata-se de um dos elementos vitais para tal forma de organização.

Neste contexto, a moradora entrevistada da comunidade expressa sua opinião sobre as ocorrências em áreas de criadouro comum:

Dizem que vão plantar lá, fecharam a frente da casa do Ademar, do Adãozinho tudo, vão vendendo as heranças pequenininhas, tudo né, daí vão vendendo e aquele que compra faz uma cerca pra ficar dono de tudo, mais da metade do lugar pra bem dizer está fechado. A turma **de fora** estão vindo comprar os pedacinhos, vão comprando e vão fechando né, eu estava falando pro pessoal que aqui não vai muito tempo vai fechar tudo. (Benedita Veranoski, entrevista concedida à Sonia Vanessa Langaro em 20/10/2016)

Estes cercamentos são atribuídos a justificativas que apenas mascaram o desejo da privatização. Mesmo contra lei, os indivíduos arriscam fechar suas propriedades sem pensar no bem coletivo. De acordo com o que é relatado, ainda há o problema dos que vem “de fora”, ou seja, pessoas que acabam comprando pequenas áreas de terra (geralmente são pessoas oriundas da cidade que querem ter uma propriedade para morar ou passar os finais de semana), mas que não querem cumprir com as leis do faxinal e nem aos seus acordos comunitários.

Ainda, sobre a ajuda que os órgãos públicos locais fornecem para a comunidade é relatado que:

De primeiro vinha as coisas da prefeitura, agora não tá vindo nada assim porque não fazem as cerca, não, a única coisa que vinha era o material pras cerca e aquelas muda de arvoredo e agora nem isso não tem vindo (...) acho que isso aí também depende do presidente, fazer reunião, porque o dinheiro a gente sabe que vem lá na prefeitura pra comunidade (...) esses tempo atrás veio tela, palanque e arame, mas ninguém teve coragem de fazer 1 metro de cerca. Tem morador que tá com a criação tudo fechado né, porque não tem cerca né, porque como é que vai soltar pra escapar (...) fazem aqueles mangueirão daí né?! (Benedita Veranoski, entrevista concedida à Sonia Vanessa Langaro em 20/10/2016)

Além das dificuldades enfrentadas com a falta de materiais, existe ainda a falta de compromisso por parte dos moradores na manutenção do faxinal, sendo consequência o fechamento dos animais em mangueirões e poteiros. Este fato pode ser associado ao desânimo interno observado em boa parte dos integrantes da comunidade, que com o passar do tempo foram enfraquecendo seus traços identitários faxinalenses diante de tantas pressões externas e dominantes que sofreram e ainda sofrem.

Imagem 1 - Vista parcial do Faxinal do Salto



Fonte: Acervo particular de Sonia Vanessa Langaro – 2016

A partir da imagem anterior, pode-se perceber que a paisagem faxinalense atualmente apresenta versões contraditórias: terras de criadouro comum e preservação ambiental juntamente com eucaliptos, pinus e extensas áreas destinadas à agricultura mecanizada, sendo um cenário cada vez mais constante nos arredores do Faxinal do Salto, onde as agriculturas voltadas ao comércio cada vez mais invadem as áreas de uso coletivo e alteram o funcionamento interno deste tipo de comunidade. Esta heterogeneidade de práticas agrícolas acabam por ocasionar conflitos entre os indivíduos que são contra e os que são a favor que o sistema faxinal continue ativo, onde pode ser identificado as relações de poder ancoradas em princípios capitalistas que atuam para a desestruturação da comunidade. Frente a este quadro, há os faxinalenses que lutam pela manutenção do sistema e depositam grande parte de suas esperanças nas políticas públicas que visam a preservação do modo de ser e viver no faxinal.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira geral, os faxinais enfrentam problemas para conservar suas características físicas e culturais tradicionais. Além das pressões sofridas por diversos antagonistas, muitos dos próprios moradores se colocam contra o sistema, considerando-o como algo ultrapassado e esgotado, não assumindo a identidade faxinalense. Por outro lado, existem aqueles que lutam para manter viva sua identidade, mantendo suas tradições. Apesar dos faxinais estarem amparados por leis e programas governamentais, mesmo insuficientes, é necessário equacionar diferentes fatores para evitar ou, pelo menos, frear seu rápido processo de dissolução em décadas recentes.

Este cenário configura-se como preocupante para muitos faxinalenses da comunidade, pois a partir do momento em que os próprios moradores do faxinal se opõem ao sistema, a luta pela manutenção do mesmo se tornará cada dia mais árdua. Muitos moradores do Faxinal do Salto não possuem terras próprias no faxinal e simplesmente moram lá pelo fato de poderem usufruir do criadouro comum, mas caso este sistema venha a se desagregar, fica a pergunta: para onde irão estas pessoas? Aonde vão morar e ganhar o seu sustento? Para os “mares” de soja, pinus e eucalipto? Com certeza não. Sendo assim, esse é um problema sério a ser analisado e freado para que esta comunidade não venha a se desagregar apesar do processo de desestruturação que vem sofrendo. A moradora do faxinal destaca a necessidade de pessoas que direcionem caminhos para a manutenção do sistema para que ele não venha a acabar e levar consigo, a sua história e a história de muitas outras pessoas que vivem neste espaço.

Os faxinais foram sempre detentores de matas nativas, essenciais para a criação dos animais. Essa característica, contudo, passa por transformações uma vez que em muitos faxinais tem ocorrido desmatamento, além da introdução de espécies exóticas como o eucalipto, consequência direta da cultura comercial do fumo, atividade anteriormente restrita a pequenas roças para consumo interno. Portanto, é necessário haver proteção, incentivos e fiscalização para que estas reservas florestais nativas remanescentes sejam preservadas do desmatamento para fins agrícolas comerciais ou reflorestamento com espécies exóticas, monoculturas que afetam os ecossistemas e a biodiversidade regional.

Para que este quadro seja ao mínimo freado, é necessário que haja a conscientização de maneira geral de toda a sociedade, da importância que possuem estas comunidades tradicionais em questões de sustentabilidade a partir de suas práticas culturais peculiares. Algumas das alternativas são as próprias políticas públicas, desde que sejam aplicadas com compromisso, nas quais os moradores depositam grande parte de suas esperanças, além do importante trabalho realizado por pesquisadores para o levantamento de dados para que os faxinalenses saibam o que é necessário fazer para evitar as desagregações dos faxinais.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em História oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.
2. ALMEIDA, J. **Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento rural sustentável**. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: UFRGS, 1997. p. 33- 45.
3. CHANG, Man Yu. **Sistema Faxinal - uma forma de organização camponesa emdesagregação no Centro-Sul do Paraná**. Londrina: Fundação Instituto Agrônômico do Paraná/Boletim Técnico 22 do IAPAR, março de 1988.
4. CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.
5. FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaina; (org). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.
6. FLEISCHFRESSER, V. **Modernização Tecnológica da Agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70**. Curitiba: Livraria do Chain, 1988.
7. HAURESKO, Cecília. **Lugares e tradições: as comunidades faxinalenses de Anta Gorda e Taquari dos Ribeiros**. Guarapuava: Unicentro, 2012.

8. MARQUES, Cláudio. **Levantamento preliminar sobre o sistema Faxinal no Estado do Paraná.** Relatório Técnico do Instituto Ambiental do Paraná. Guarapuava, 2004.
9. MATOS, Patrícia Francisca; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL E OS NOVOS USOS DO TERRITÓRIO.** Geo UERJ - Ano 13, nº. 22, v. 2, 2º semestre de 2011 p. 290-322 - ISSN 1981-9021. Disponível em < <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj> > Acesso em 15 de outubro de 2017.
10. MEIRA, Antonio Michel Kuller; VANDRESEN José Carlos, SOUZA, Roberto Martins de. **MAPEAMENTO SITUACIONAL DOS FAXINAIS NO PARANÁ.** In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de e SOUZA, Roberto Martins de. (Orgs.). Terras de Faxinais. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, 2009.
11. NERONE, Maria Magdalena. **Sistema Faxinal: terras de plantar, terras de criar.** Ponta Grossa: Editora UEPG, 2015.
12. SAHR, Cicilian Luiza Löwen. **Os mundos faxinalenses da floresta com araucária do Paraná: racionalidades duais em comunidades tradicionais.** Revista Terr@Plural, Ponta Grossa, 2 (2): 213-226, jul./dez., 2008. Disponível em: < <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/tp/article/viewFile/1175/887> > Acesso em 12/12/2017.
13. SCHÖRNER, Ancelmo. **As Cercas E Os Cercos: Da Sociologia Das Cercas Ao Regime De Cercas No Faxinal Rio Azul Dos Soares (Rio Azul/Pr).** III Colóquio Internacional sobre Povos e Comunidades Tradicionais - V. 3, 2014. Disponível em: < http://www.ppgds.unimontes.br/coloquio/anais_3/Ancelmo%20Schorner.pdf > Acesso em 15/10/2017.
14. SCHÖRNER, Ancelmo; CAMPIGOTO, José Adilçon. **MIGRANTES NO FAXINAL E MIGRAÇÕES DE FAXINALENSES: TERRITÓRIOS E POVOS TRADICIONAIS.** Revista Esboços, Florianópolis, v. 18, n. 25, p. 53-72, ago. 2011. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/viewFile/21757976.2011v18n25p53/21532> > Acesso em: 20/10/2017.
15. SHIRAIISHI, Joaquim. **O DIREITO DOS POVOS DOS FAXINAIS:** As interpretações e as interpretações jurídicas. IN: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de e SOUZA, Roberto Martins de. (Orgs.). Terras de Faxinais. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, 2009.
16. SONDA, Claudia; BERGOLD, Raul Cezar. **Paraná: terra, floresta e gentes.** In: Porto, Liliana; Salles, Jefferson de Oliveira; Marques, Sonia Maria dos Santos (Orgs.) Memórias dos povos do campo no Paraná: Centro Sul Curitiba: ITCG, 2013.
17. SOUZA, Roberto Martins de. **Mapeamento social dos faxinais.** Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas- UEA, 2009.
18. ZUBASZ, Maria de Lurdes Rasinski. **Faxinais em Ivaí: de uma organização camponesa comunitária às origens da periferia.** Curitiba SEED, 2007. Disponível em:< <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/482-4.pdf> > Acesso em 04/04/2017.